



185ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto de 2009, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá - PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Daniel Lucio Oliveira de Souza, Mauricio Vitor de Souza, José Baka Filho, Ivany Marês da Costa, Luiz Alberto de Paula César, Carlos de Oliveira da Velha Filho, Michel Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Edson César Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Herber Soares de Freitas, Carlos Antonio Tortato, Maria do Socorro Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Zulfiro Antonio Bósio, Ismael Alves Pires Neto, Juarez Moraes e Silva, Blásio José München, Cláudio Fernando Daudt, Luciano Cardoso Denardi, e Hário Mirzo Tieppo Júnior; **Convidados**: Fernando O.S. Muller - Receita Federal; Cap. Avelino de Freitas - CPPR, Nilson Hanke Camargo - FAEP, Sidney Pinto - COTRIGUAÇÚ; **Justificativas de ausência**: Conselheiros: João Gilberto Cominese Freire, Luiz Antonio Fayet e Carlos Alberto Silveira Calvo; 1 - **ABERTURA DOS TRABALHOS** - O **Presidente** deu início à reunião agradecendo a presença de todos. 2 - **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 184ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho; que após recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; 3 - **ORDEM DO DIA: 3.1 - ANÁLISE DE QUESTÕES RELACIONADAS ÀS VIAS DE ACESSO TERRESTRE E À INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA DO PORTO DE PARANAGUÁ (Relatório 001/2009 da Comissão de Infraestrutura Portuária - Deliberação de proposição de correspondência à APPA)** - Relator e Conselheiro José Baka Filho - relatou a reunião realizada pela Comissão, apresentando e procedendo a leitura do respectivo Relatório, propondo ao Colegiado sua aprovação. Após colocar o assunto em discussão do plenário, o **Presidente** ponderou que os itens 1.1 e 1.2 do Relatório apresentado estavam absolutamente claros e objetivos não restando dúvida quanto a essas proposições. No tocante ao item 1.3 das proposições do Relatório, onde consta: "Providenciar a regularização das diversas obras executadas e/ou em execução pela APPA, de acordo com os preceitos legais", indagou à Comissão se não seria o caso de torná-lo mais específico ou explícito, pois no seu entender estaria parecendo muito vago e genérico, podendo torná-lo ineficaz. O Relator **Cons. Baka** enfatizou a necessidade da manutenção dos termos tal qual foram apresentados destacando que o caráter genérico e inespecífico foi uma decisão devidamente ponderada pela Comissão. O **Cons. Cláudio Daudt**, membro da Comissão, manifestou-se pela manutenção do relatório tal como apresentado. O **Cons. Baka** insistiu que o Relatório aprovado por unanimidade pela Comissão de Infraestrutura fosse encaminhado à APPA nos termos em que foi proposto, esperando que isso seja feito sem contratempo. Entende que a posição do Presidente tem que ser o mais isenta possível e suas decisões imparciais. Na opinião do Conselheiro, a argumentação e insistência do Presidente, neste item, o coloca em suspeição quanto a esses princípios. Em sua opinião, o Presidente estaria defendendo os interesses da Autoridade Portuária. O **Presidente**, registrando especificamente o desacordo com essa manifestação, reafirmou a sua total imparcialidade na condução dos assuntos do Conselho, em que pese destacar que, como representante do Governo Federal, é também um Conselheiro, como cada um dos demais presentes. Após manifestação de diversos Conselheiros acerca do tema, o Presidente, reafirmando a sua imparcialidade e sugerindo que o Conselheiro Baka meditasse sobre justiça das suas afirmações, embora mantendo o seu entendimento no tocante a possível perda de eficácia do item 1.3, submeteu ao Colegiado o encaminhamento do Relatório da Comissão tal como apresentado, para manifestação da APPA, o que obteve a concordância do Plenário, 3.2 - **UTILIZAÇÃO DE BERÇOS DE ATRACAÇÃO PELOS SEGMENTOS DE GRANEL, DE CONTEINER E DE VEÍCULOS (Relatório 002/2009, da Comissão de Regulação Portuária - Deliberação de proposição de correspondência à APPA)** - Relator e Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza - relatou dos trabalhos da Comissão e fez a leitura e apresentação do Relatório em comento, sendo que após manifestação dos Conselheiros, ficou decidido pelo seu encaminhamento à Administração do Porto. O Conselheiro disse que a APPA recepcionaria o Relatório e que não alteraria qualquer Ordem de Serviço sem antes dialogar também com os representantes dos navios "ro-ro" ("roll on - roll off") e "PCC" (pure car carrier), na tentativa de buscar um entendimento, assim como já aconteceu com o contêiner e o granel. **Cons.**

Maria do Socorro, em nome do Bloco dos Trabalhadores, solicitou que a APPA convidasse os trabalhadores para essa reunião. **INFORMAÇÕES GERAIS: 4.1 ESCLARECIMENTOS RELACIONADOS AO OFÍCIO N.º 052/2009-2L. DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARANAGUÁ** – Representante Titular do Governo do Estado – Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza; O Conselheiro e Superintendente afirmou ter sido surpreendido com o recebimento do Ofício da Câmara Municipal, uma vez que já tinha mantido contato e agendado, diretamente com o Presidente da Câmara, a participação em sessão daquela casa, onde faria uma apresentação sobre as questões relacionadas ao Terminal de Alcool. Vê essa correspondência como uma atitude negativa de certos políticos locais, que tem discursos vazios, com motivos que desconhece. Sobre o vazamento no Terminal, disse que foi decorrente de um erro operacional da Operadora Alcooper, que será responsabilizada de acordo com as Normas de Pré Qualificação de Operador Portuário. **4.2 INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO (ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES, PROPOSTAS E MELHORIAS PARA ATRAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE PARANAGUÁ)** Relator da Comissão de Fomento e Produtividade Portuária – Conselheiro Zulfiro Antonio Bósio, informou sobre a realização de duas reuniões objetivando o levantamento das necessidades e prioridades da comunidade portuária, passando a palavra para o Sub-relator da mesma para apresentação do relatório da Comissão; **Cons. Sandro** Sub-relator da Comissão, disse que essas reuniões tiveram a participação da Diretoria Empresarial e o objetivo de buscar as informações e ensejos de todos os operadores relacionados ao Corredor de Exportação, para detectar pontos que possam incrementar o fomentar os setores de graneis, com a análise e discussão de questões relacionadas à atração de carga para o porto de Paranaguá. Os itens significativos elencados foram: 1) Aprofundamento dos canais de acesso e dos berços do Corredor de Exportação, para propiciar, no mínimo, a operação com navios "full Panamax"; 2) Priorizar berços do Corredor de Exportação, quando da execução das obras de ampliação e remodelação do cais, programando-as de acordo com a previsão de operação, pico de safra, sazonalidade, etc. 3) Revisão dos critérios utilizados para aplicação de multas por baixa produtividade, atribuindo responsabilidades a quem de direito for (demais agentes envolvidos na operação), como forma de desonerar o custo Paranaguá; 4) Melhorias no sistema operacional do Corredor de Exportação, através da substituição de sistemas e equipamentos por outros mais modernos e produtivos. 5) Dotar pelo menos um berço do Corredor de Exportação, de superestrutura necessária para atender navios "cape-size", o que proporcionará vantagens competitivas muito grandes em relação aos outros portos concorrentes; 6) Dotar, pelo menos um berço do Corredor de Exportação de sistema ou estrutura que propicie embarque com tempo chuvoso, investimento este justificado pelo alto índice pluviométrico de Paranaguá, que ocasiona atraso nas operações, baixa produtividade, fila de navios, gerando aumento significativo de custos. O **Cons. Luiz Alberto** complementando, informou que essas ações vêm ao encontro dos projetos da APPA, através da Diretoria Empresarial, focando especificamente a atração de cargas, com o resgate e busca de novos clientes. Com este mesmo propósito, estará agendando para os próximos dias reuniões, com os demais segmentos da comunidade portuária, com o objetivo de ouvir propostas sobre quais ações e/ou investimentos poderiam ser viabilizados nesse sentido. Paralelamente a isso, tem programado a participação mais ativa da APPA, juntamente com as entidades de classe que possam contribuir. Já a partir de setembro estará realizando um programa denominado "Road Show" com a participação da FACIAP, que estará apresentando, juntamente com o projeto "Porto Fácil", em cada uma das cidades potenciais do Paraná. Em parceria com o TCP está desenvolvendo uma programação junto as Associações Comerciais que irá identificar os potenciais clientes para o porto, com a promoção de encontros com todos aqueles que fazem parte da cadeia do comercio exterior, para que possam dialogar, demonstrando e divulgando as potencialidades do Porto. **Cons. Daudt** sugeriu que essas ações contemplem todos os segmentos, inclusive o de líquidos e levadas não só ao Paraná, mas também a outros pólos, onde se observe potencialidade de carga. **Cons. Bosio**: disse que a Comissão de Fomento trata do desenvolvimento portuário e da atração de carga, portanto envolve a sociedade como um todo, trazendo melhorias para o porto, benefícios para o importador e para o exportador. Desta forma, entende que todas as demais comissões estão, de certa forma, envolvidas no mesmo assunto. Renovou o convite a toda comunidade portuária para participação no dia 24 de setembro do



Seminário sobre Logística Integrada que vai tratar especificamente sobre Comércio Exterior, abrangendo todo o sistema portuário do Mercosul, onde Paranaguá terá oportunidade de se apresentar, mostrando o que realmente é. Aproveitou a oportunidade para sugerir o encaminhamento de uma correspondência, parabenizando o Sr. Pedrinho Furlan, Ex-Conselheiro deste CAP, pelo recebimento da comenda "Ordem do Mérito Industrial", pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. O Presidente disse que todas as sugestões e proposições são importantes e relevantes que devem ser discutidas internamente nas Comissões. Após aprovação do Colegiado, informou que o Conselho estará encaminhando correspondência ao Ex-Conselheiro Pedrinho Furlan, cumprimentando-o pela justa homenagem recebida.

4.4 APRESENTAÇÃO RELACIONADA AO OFÍCIO N.º 784/09-SE/MAPA (SUGESTÕES DE ALTERAÇÕES NAS IN's 33 E 36 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) – Representante Suplente dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias – Conselheiro **Blásio José Munchen**; disse que o representante do MAPA, quando de sua apresentação no CAP, mostrou, através de um trabalho pioneiro no Paraná, um grande interesse de trazer para discussão a burocracia que envolve os embarques no que tange a liberação do Ministério da Agricultura. Sobre o Ofício e seus Anexos, encaminhados pelo CAP ao MAPA, que tinham como objetivo contribuir com sugestões básicas de apoio à medidas essenciais para diminuir a burocracia, emissão de documentos e papeis desnecessários, sem afetar a qualidade da fiscalização. Dizendo que não foi surpreendido pelas respostas recebidas, fez uma análise do trabalho apresentado pela Coordenação Geral do VIGIAGRO sobre as proposições do CAP, entendendo que alguns assuntos deverão ser insistidos, não aceitando passivamente essas exigências, há de se buscar alternativas para diminuir essas exigências sugerindo até contato e pleito junto à bancada ruralista do Congresso Nacional, para que haja fiscalização, mas de uma forma mais ágil e moderna. Cons. Luciano entende que a posição negativa do Ministério da Agricultura vem de encontro ao que se conclama no CAP: fomento, produtividade, etc.. Cons. Juarez dizendo que a análise recebida manifestava a posição apenas da área técnica, sugeriu que o Conselho encaminhasse ao Ministério da Agricultura solicitação para agendamento de uma reunião em Brasília, com um grupo designado pelo CAP, formado por um representante de cada Bloco, para discussão do tema, apresentando alternativas para solução do desembaraço burocrático. Cons. Maria do Socorro concordou com o agendamento de uma reunião com o Ministério, ressaltando que a mesma deve ser com a presença do Ministro, que por ser paranaense, poderá ser muito mais produtivo. O Presidente informou que está sendo recriado formalmente o PROHAGE e uma das proposições era incluir ao mesmo, assuntos relacionados aos órgãos ambientais, tendo em vista que o mesmo terá agora uma outra conotação, com competências e atribuições formalmente estabelecidas e, portanto, espera-se que favoreça a resolução de questões como esta. Entende que pleito como este tem que ter um trabalho de persistência, até porque a Moção dirigida contém um conjunto de sugestões para serem analisadas e será um processo de negociação, debates e articulações. A manifestação do CAP está clara na forma dessa Moção que já foi dirigida ao MAPA. Adicionalmente, informou já ter contactado o Diretor de Infraestrutura daquele Ministério que se dispôs a orientar o encaminhamento do assunto, visando a busca de um entendimento com as áreas técnicas do MAPA.

4.5 INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO (REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS NORMAS DE TRÁFEGO E PERMANÊNCIA NO PORTO DE PARANAGUÁ; DAS NORMAS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS) Relator da Comissão de Regulação Portuária – Conselheiro **Daniel Lúcio Oliveira de Souza**; informou que e em razão dos outros trabalhos da Comissão este assunto ficou para ser analisado posteriormente.

4.6 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO OFÍCIO N.º 0128/09-OGMO-PR (TREINAMENTO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS) – Representante Titular dos Demais Operadores Portuários – Conselheiro **Edson César Aguiar**; informou que Os valores recolhidos à Diretoria de Portos e Costa (DPC) retornam ao OGMO na forma de treinamento, na ordem de aproximadamente vinte e cinco por cento, o que considera um valor insignificante. Comprometeu-se a trazer manifestação detalhada do OGMO sobre esta questão, solicitando que após o recebimento do mesmo, o CAP encaminhe Ofício a DPC solicitando atualização desses recursos. O Presidente mediante as informações que serão complementadas pelo OGMO, e após a análise dos Conselheiros, informou que o CAP encaminhará correspondência a DPC convidando para debater o assunto no âmbito do CAP, pautando para a próxima reunião uma deliberação sobre o



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTUÁRIA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

Rua Antônio Pereira, 161
Cep 53027-030 - Pernambuco - PE
Tel: (41) 3420-1342 - Fax: (41) 3420-1380
www.autoridadeportuaria.pe.gov.br
E-mail: cap@pe.gov.br

- Ivany Marés da Costa _____
 - Luiz Alberto de Paula Cezar _____
 - Carlos de Oliveira da Velha Filho _____
 - Michael Martins da Silva _____
 - Sandro Flores Monteiro _____
 - Edson César Aguiar _____
 - Marco Aurélio Chapaval _____
 - Herber Soares de Freitas _____
 - Carlos Antonio Tortato _____
 - Wilson Moraes da Silva _____
 - Maria do Socorro de Oliveira _____
 - Carlos Alberto Martins da Costa _____
 - Zulfiro Antonio Bósio _____
 - Ismael Pires Neto _____
 - Juarez Moraes e Silva _____
 - Blásio José München _____
 - Cláudio Fernando Daudt _____
 - Luciano Cardoso Denardi _____
 - Hário Mirzo Tieppo Junior _____
- Convidados:**
- Fernando O Sottomaio Muller - Receita Federal _____
 - Cap. Avelino de Freitas - CPPR _____
 - Nilson Hanke de Camargo - FAEP _____
 - Sidney Pinto - Cotriguaçu _____



COMISSÃO DE ATRACÇÃO DE CARGAS
DIRETORIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-032 Paranaguá - PR
Tel: (41) 3422-0142 - Fax: (41) 3422-1138
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cap@cap.pr.gov.br

assunto. **5 - EXPEDIENTE:** 5.1 - Relatório Operacional da APPA; 5.2 - Relatório de Atividades do OGMO; 5.3 - Correspondências Expedidas e Recebidas; O Presidente lembrou que os arquivos dos respectivos relatórios e documentos foram distribuídos aos Conselheiros, não havendo manifestações a respeito. **6 - ASSUNTOS GERAIS:** Cons. Luciano solicitou que a APPA reveja sua posição com relação a OS 115/2009, que trata da tabela para aplicação de multas para cargas nomeadas e não embarcadas, porque o motivo de uma carga não ser embarcada muitas vezes independe do operador portuário que movimentava milhões de toneladas e, portanto, não deve ser penalizado por falhas de terceiros, considerando isto como um desestímulo ao uso do silo público. Cons. Daniel disse que a APPA baixou a OS 115/09, em função de uma decisão judicial sobre um litígio que a APPA tem contra os "sem tetos" que utilizam os silos públicos. Esta Tabela está respaldada por uma decisão judicial e será aplicada sem tolerâncias e quem se sentir, por motivo de força maior, prejudicado que reclame administrativamente e apresente formalmente a justificativa, inclusive ao CAP para apreciação. Com relação à questão ambiental e do MAPA, sugeriu que sejam elaborados relatórios e que sejam convidados técnicos responsáveis, inclusive o que fez a contestação às sugestões apresentadas pelo Conselho, para apresentações e discussões no CAP. Sobre a Dragagem, informou que o Canal dragado foi entregue em 30 de julho, com profundidade acima 15,30m. A empresa contratada para a batimetria já encerrou os trabalhos e protocolou as plantas batimétricas junto a DHN e tão logo sejam homologadas estará encaminhando-as à Capitania, a ACIAP e ao CAP. Também está sendo concluído o trabalho de reposicionamento das bóias para que o mais breve possível seja restabelecida a navegação noturna. Com relação à cabotagem, disse que, juntamente com outros Conselheiros, participou de um Seminário sobre o assunto, em Brasília, onde se vislumbrou algumas janelas de oportunidades para os portos do Paraná. Sugeriu que o CAP fizesse uma proposição à APPA no sentido de desonerar o ICMS do combustível para abastecimento de navios de cabotagem e fazer uma revisão nas tarifas, criando um tarifário específico para esta atividade. Junto a Comissão de Atracção de Cargas e outras Comissões poderia ser montado um modelo de incentivo para capturar as oportunidades que se apresentam no segmento de cabotagem. Cons. Herber em nome do Bloco dos Trabalhadores, cumprimentou o Cons. Juarez, como Superintendente do Terminal de Contêineres de Paranaguá, pelo prêmio "Valor 1000" de melhor empresa no ranking nacional do setor de transporte e logística, no ano de 2009, concedido ao TCP pelo jornal Valor Econômico. Cons. Juarez agradeceu, dizendo que o prêmio recebido é de todos aqueles envolvidos na cadeia da atividade portuária e sugeriu a criação de um grupo de trabalho dentro da Comissão de Atracção de Carga ou outras, para que apresentasse uma proposta destacando o item da cabotagem, trazendo, na próxima reunião, uma proposta para algo factível de forma a aproveitar esta oportunidade de mercado. Cons. Ismael - com relação a dragagem, disse que o Porto de Paranaguá está de parabéns, mas que há outros questionamentos a serem esclarecidos como a remodelação e assoreamento dos berços, que implicam em outros serviços a serem feitos, inclusive sobre a compra de draga, dentro dos projetos da APPA, entende ser interessante primeiramente a restauração da profundidade do canal e dos berços. O Presidente esclareceu ao Cons. Luciano que as normas relacionadas à multa já eram previstas na Ordem de Serviço anterior, portanto este item mudou a redação, passando a utilizar uma tabela crescente na forma de UFIR. Em face da apresentação do Diretor Técnico da APPA, na próxima reunião, sugeriu que fosse incluído nessa exposição um cronograma de obras, reforma de berços, investimentos previstos para manutenção inclusive paralisações, área de fundeio para que se tenha uma visão geral, Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a 185ª Reunião Ordinária, tendo eu Vítor Roberto Muller Bernardi lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

Conselheiros:

Martinho Cândido Velloso dos Santos _____

Daniel Lúcio Oliveira de Souza _____

Maurício Vitor de Souza _____

José Baka Filho _____